

A revisão no Senado

Foi um discurso realmente digno de grande attenção, o em que o senador Adolpho Gordo defendeu hontem o projecto de revisão constitucional, em ultimo turno no Senado. Grande espirito liberal, esse homem tem sido apresentado á opinião publica do Brasil como um authentico imitador da velha organização czarista da Russia antiga, isto é, um feroz inimigo de todas as liberdades publicas. Inspirou elle a lei de imprensa, em nome do Partido Republicano de São Paulo. Essa lei, tal como está, já não é delle, mas participa algum tanto da sua responsabilidade. De facto, está nella algum tanto do seu espirito. Pelo menos o de ter tido a coragem de agitar essa questão, num meio em que toda gente refugia a tocar nella.

No final de contas, imprimido á lei o aspecto tecnico que faltára á iniciativa do illustre representante de São Paulo, a lei de imprensa é hoje em dia uma das mais legítimas causas de orgulho, com que nos podemos "jactar de dar exemplos ao mundo". Atravessamos uma quadra difficil, caracterizada por paixões irreconciliaveis. E' um phenomeno natural, que não temos o direito de condemnar, até porque não dominamos a natureza dos acontecimentos. Mas evoluimos, caminhando para o termo justo em que terão de ser accomodados os nossos interesses nacionaes, e chegados a essa altura, sem a influencia dos desaguizados do presente, a Nação terá de reconhecer que a coragem de homens como o Sr. Adolpho Gordo, reagindo contra a displicencia do meio, deve ser considerada como um dos maiores beneficios prestados á acção evolutiva do Brasil.

E' um mal a lei de imprensa. Mas, ha poucos dias, um deputado, atacado por um jornalista, constituído em seu inimigo fegadão, chegou a utilizar-se dos beneficios da lei, só não levando adiante o respectivo processo porque lhe foi dito que isso não ficaria bem perante os seus ataques e o recurso que tentara, em desafronta da sua honra ultrajada. Quer isso significar que, no final das contas, nem tudo quanto se vem tentando em beneficio da disciplina e da ordem social deste paiz, nos ultimos annos de governo, merece em realidade as condemnações severas de certos senhores que se arvoram em porta-vozes dilectos da opinião publica. Hoje, um deputado attingido por adversario tenaz, procura se socorrer da lei de imprensa. Amanhã, elle e os seus collegas de representação baterão palmas, por isso ou por aquillo, ás emendas que entendem com a revisão constitucional. E, ahí estará duplamente justificado o Sr. Adolpho Gordo.

Lastimamos, em face do que está constituindo a feição principal da opposição unida no Senado contra a revisão, ver sustentado ali que o respectivo projecto não tem merecido o necessario exame da opinião publica. Mas que exame é esse, que nunca se caracteriza, de uma vez por todas? Trata-se da imprensa? Se não nos enganamos, todos os jornaes do Rio de Janeiro e de todos os Estados da Republica têm tido ampla liberdade de se manifestar sobre esse "problema palpitante, que entende com a existencia constitucional do paiz", palavra muito usada pelos adversarios da revisão. Sobre ella se manifestaram institutos scientificos como o dos Advogados Brasileiros, approvando-a ou reprovando-a, o que não está em causa, mas demonstrando que a opinião do paiz, culta ou ignorante, não tem estado em situação de indiferença ao que se vem preparando para o effeito dessa revisão tão malsinada, porque se interessa por ella o Sr. presidente da Republica.

Chegou-se, a tal proposito, a reclamar que os comicios de rua orientados por oradores bem conhecidos entre nós nesses casos, decidissem sobre o bom e o máo caminho que o Congresso devesse escolher. Isto é sério? E poderão os adversarios da reforma constitucional repetir, a cada passo, que o governo timbrou em crear difficuldades á sua marcha natural, no Congresso e na imprensa? Tudo isso, ao que nos é possível afirmar, obedece ao criterio de uma rematada ineptia. Por isso mesmo é inoperante, e nenhum legislador digno dos deveres do seu mandato, pôde prestar attenção ao que os inimigos e os adversarios do Sr. presidente da Republica se impuzeram por conseguir no sentido de o ferirem de frente, evitando que elle aponha a sua assignatura á revisão constitucional.

Já não vale mais a pena sustentar que nenhum ponto do nosso famoso liberalismo será attingido pela revisão. Nuns casos, segundo os adversarios do Sr. Arthur Bernardes, investe elle contra os estrangeiros. Noutros, beneficiando a autonomia ainda, attenda a autonomia dos Estados, do passo que se reclama com a situação actual, em que se encontram esses Estados, de dispor do seu talento dos seus des-

tradorio entre os adversarios da revisão, ao passo que o projecto do Congresso obedece a um criterio inteiro, que o Senado já approvou, que a Camara tambem approvou em definitiva e que o Senado está no dever de approvar tambem em definitiva, para ser coherente na sua orientação.

Poder-se-á comprehender, assim, que nessa casa do Congresso, haja qualquer coisa que se diversifique do criterio da maioria dominante? O Sr. Adolpho Gordo esteve hontem acima da expectativa. Ponto por ponto, pôz abaixo a inconsistencia dos argumentos oppostos á revisão, invocados infelizmente até por senadores que deviam ter em alguma conta a experiencia de tantos annos decorridos sobre a vigencia do Estatuto de 24 de fevereiro. Mas ponhamos de lado essas opiniões que correspondem menos, ao que supponmos, a manifestação de puro espirito legislativo do que a uma necessidade de effeitos para patuleas irresponsaveis. E' uma pena.

Mas o Senado não representa esses interessézinhos particularissimos. E' a mais alta corporação legislativa da Republica. Os seus membros são embaixadores dos Estados, segundo a formula consagrada, e a revisão constitucional é um producto dos esforços do governo central, em combinação com os esforços dos governos e das representações estaduais. Nessas condições, seria necessario, porventura, que o Sr. Adolpho Gordo se desdobrasse hontem em justificar na providencia eminentemente nacional que o paiz reclama, como um complemento necessario da obra dos constituintes de 91? Louvamos o seu esforço, convencidos que estamos da necessidade da revisão; mas, até certo ponto, digamos a nossa verdade, não o julgamos muito...

O Senado é a grande força do nosso systema politico. A reforma constitucional consolida esse systema. Logo, o seu voto dominador é certo. Senão, aguarde-mos os acontecimentos.

Notas e Noticias

Até quando, Moniz ?

O Senado está sob a ameaça de uma nova arenga do Sr. Moniz Sodré, a proposito da reforma da Constituição.

Esta folha já destacou os aspectos culminantes da oratoria opposicionista do senador pela Bahia.

Não pôde, porém, deixar de fazer um appello ao Senado, no sentido de evitar os apartes que fazem das orações do Sr. Moniz Sodré uma especie de copo de viagem: a cada movimento, apparece um pedacinho mais, porém, sempre igual aos anteriores.

Evitando esses discursos sempre tão iguaes no seu pensamento, e até mesmo nas palavras, o Senado velará pela sua paz e pelo prestigio do Poder Legislativo, gravemente affectados pela mania do Sr. Moniz Sodré, orador de um só assumpto.

Falando, como sempre, a proposito da revisão, S. Ex. gabou-se de que os seus discursos têm sido publicados no estrangeiro. E' possível. O Brasil tem inimigos e as allocuções do representante da Baixa dos Sapateiros prestam-se muito ao intuito de provar que o nosso Senado tem figuras muito comicas.

O imprudente de outro dia, foi o illustre Sr. Bueno Brandão. A um aparte do venerando mineiro, o Sr. Moniz prometeu um novo discurso.

Não dêem corda ao gramophone...

A renda bruta da Central do Brasil, durante a ultima semana attingiu á importancia de 2.952.055\$300. Desse, quantia foram distribuidos: ao Estado de Minas Geraes, 346:178\$600; á agencia Pestana, réis 11:113\$220; á Companhia Fleury Mlls, 42:178\$600; á Uzinia Queiroz Junior Ltd., 9:554\$480; á Companhia Santa Mathilde, 15:053\$300; e a Prefeitura do Distrito Federal, 10:007\$675. O restante na importancia de 2.509:286\$489 foram recolhidos ao Thesouro Nacional.

Auxilios aos Hospitales

A psychologia do brasileiro tem tido interpretes e commentadores esclarecidos e eruditos.

Nenhum delles, porém, foi tão claro e tão eloquente como esse senhor Albino Magalhães, que solicitou á Camara Federal permissoão para explorar uma loteria que dará ao paiz uma renda de impostos no valor médio de 187 mil contos por anno.

O processo do Sr. Magalhães é tão maravilhoso que, tentando o "placet" da Camara com essa cifra torrencial, permite ainda aos donos da loteria auferirem uma renda annual de cinco milhões de contos.

Prohibido o jogo do bicho, o povo volta-se para as loterias, valvula unica de seus sonhos e palpites.

A nova organização, ao que parece, será uma fórmula discreta entre o bicho e a loteria.

Ha, no caso, um aspecto que deve ser apreciado. E' que entre nós os auxilios ás Santas Casas, Hospitales e estabelecimentos de caridade são pagos com os impostos arrecadados aos jogos. Nos Estados, a norma é a mesma.

Essa applicação tem servido de thema aos oradores imaginosos que decrevem, em estilo dramatico, a viagem que o ouro faz das bancas de tavolagem para os hospitales.

Aos espiritos refractarios aos devaneios imaginativos, esse processo tem sempre repudiado. Não é justo que só esse imposto seja destinado ao amparo dos doentes e necessitados. Elle está, mais que quaesquer outros, sujeito a quedas muito violentas.

E, por falta de sua arrecadação, não podem os hospitales abandonar e despêdir os seus hospedes pobres.

A Camara, tendo agora oportunidade de ampliar esse caso, não pôde deixar de ampliar a outros impostos, os beneficios que attribue apenas ao peor de todos.

Q
Pr
Co
I
mover
que
car e
mora
Nave
o "co
pren
rio,
tura
se ob
sua g
curso
tem,
ber e
clan
que
de N
que
Coul
S. S
Mig
rão
ro;
mer
gu
cit
Ha
tev
O ME
SÃO FAP
BRE
Commu
das Relac
«A nota
a proposi
prensa rel
políticos e
envolvidos
devidament
no brasilei
Não têm
noticias de
pto.»
A mi
ando